DIREITO INTERNACIONAL E ADUANEIRO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

A integração entre países e intensa circulação de bens, pessoas e veículos requer juristas capazes de lidar com entendimento de múltiplas matérias legais e análise de políticas internas e externas. O profissional da área pode atuar no setor privado ou público a favor de portos, aeroportos, terminais, empresas e instituições do governo, lida com despachantes, órgãos fiscalizadores, apreensão e liberação de cargas apreendidas, tributos, transações comerciais e multas, o que exige do jurista conhecimento sobre matérias penal, civil e administrativa. Além disso, o profissional pode atuar em defesas intra ou extrajudiciais de processos movidos pela Receita Federal, assessorar o cliente no sistema Siscoserv e fornecer consultoria para a obtenção do certificado de operador econômico autorizado, a partir do qual a cadeia logística nas operações aduaneiras tem maior segurança.

OBJETIVO

Esta disciplina tem por objetivo preparar o estudante ou profissional do direito e de áreas afins a aplicar a doutrina e a jurisprudência no campo das relações internacionais e do comércio exterior.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Código	Disciplina	Carga Horária
4967	Direito Digital	60

APRESENTAÇÃO

Sociedade da informação. Globalização. Ciberespaço. Domínio Público Internacional. Domínio do ciberespaço. Deep Web. Camadas da Internet. Cibercrimes. Espécies de cibercrime. Ciberterrorismo. Ciberespionagem. Administração e controle do ciberespaço. Modalidades. Militarização e desmilitarização. Copyright. Direito digital no Brasil. Lei dos crimes informáticos. Marco civil da Internet. Código de Processo Civil de 2015. Lei Geral de Proteção de dados.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional de direito e áreas afins a aplicar os conceitos, princípios e legislação às diversas situações em que uma pessoa física ou jurídica possa se encontrar acerca do mundo digital.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer o mundo digital e a sociedade da informação em que estamos inseridos.
- Analisar as características do ciberespaço e as possíveis formas de controle.
- Assimilar o universo Deep Web e suas camadas.
- Entender cibercrimes e ciberterrorismo, suas formas e legislações vigentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONHECENDO O MUNDO DIGITAL
A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
O CIBERESPAÇO
O DOMÍNIO DO CIBERESPAÇO
A DEEP WEB

UNIDADE II – CRIMES CIBERNÉTICOS
CIBERCRIME: O GÊNERO
ESPÉCIES DO CYBERCRIME
CIBERTERRORISMO
CIBERESPIONAGEM

UNIDADE III – COPYRIGHT E O CONTROLE DO MUNDO DIGITAL
DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO CIBERESPAÇO
MODALIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO CIBERESPAÇO
MILITARIZAÇÃO E DESMILITARIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO
COPYRIGHT NO MUNDO DIGITAL

UNIDADE IV – LEGISLAÇÃO E MARCOS LEGAIS DO MUNDO DIGITAL
LEI DOS CRIMES INFORMÁTICOS
MARCO CIVIL DA INTERNET
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

REFERÊNCIA BÁSICA

BARLOW, J. P.?**Declaração de Independência do Ciberespaço.?**1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm.

BARONE, V.?**Group claiming to represent Tehran hacks obscure federal website**. 2020. New York Post. Disponível em: https://nypost.com/2020/01/05/iran-attacks-group-claiming-to-represent-tehran-hacks-obscure-federal-website/.

BERGER, J. M. How ISIS Games Twitter: The militant group that conquered northern Iraq is deploying a sophisticated social-media strategy.. 2014. **The Atlantic, Global**.. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856/>.

BERGMAN, M.K. White paper: the deep we surfacing hidden value.?Journal of Eletronic Publishing,?v.7, n.1, 2001. Available from: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0007.104>.

???
BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil..?**Marco Civil da Internet**. Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

CIANCAGLINI, V. et al.?Deepweb and Cybercrime:?It's not all about TOR. 2013. **A Trend Micro Research Paper**. Disponível em: <https://www.trendmicro.ae/media/wp/deepweb-and-cybercrime-whitepaper-en.pdf>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DEEP Web e Dark Web. Direção de Estudio 42. Intérpretes: Átila Iamarino. Roteiro: Átila Iamarino e Paulo Silveira. 2016. (6 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://youtu.be/yeLjR6XekGc.

DELLA VALLE, J. **Lei Carolina Dieckmann entra em vigor nesta terça feira**: a partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa. : A partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa.?**Veja.?**[s.l.], 02 abr. 2013. Tecnologia, p. 1-1. Disponível em: https://veja.abril.com.br/tecnologia/lei-carolina-dieckmann-entra-em-vigor-nesta-terca-feira/.

EICHENSEHR, K. **The Cyber-Law of Nations** (January 8, 2014). 103 Geo. L.J. 317 (2015).. Disponível em SSRN:?https://ssrn.com/abstract=2447683

PERIÓDICOS

ELIEZER, C. R.; GARCIA, T. de P. **O novo crime de invasão de dispositivo informático**.?Curso Direito Unifor, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-87, 23 maio 2014. Semestral. Disponível em: https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/cursodireitouniformg/article/view/242.

4988	Direito Notarial e Registral	60

APRESENTAÇÃO

Conceitos e características do Direito Notarial e do Direito Registral. Princípios do Direito Notarial e do Direito Registral. Considerações sobre a atividade notarial e registral. Incompatibilidade, impedimentos e extinção dos serviços notarial e registral. O Tabelionato de Notas. Escrituras Públicas. Tipos de escritura pública. Ata notarial. Registro civil das pessoas naturais. Do Registro de nascimentos e do de Casamento. Do Registro de Óbito, da Emancipação e da Interdição. O Registro Civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Os livros de títulos e documentos. Protesto de títulos. Registro de imóveis e os seus livros.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar a legislação e os procedimentos notariais e registrais na gestão e operação de tabelionatos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender as características do Direito Notarial e do Direito Registral.
- Identificar a responsabilidade, direitos e deveres da atividade notarial e registral.
- Compreender a finalidade do registro civil das pessoas naturais e os tipos de atos.
- Aplicar os procedimentos de execução, sustação e cancelamento dos protestos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: PRINCÍPIOS
ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRAIS
INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

UNIDADE II – ATIVIDADES DO TABELIONATO
ATRIBUIÇÕES DO TABELIONATO DE NOTAS
ESCRITURAS PÚBLICAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS
TIPOS DE ESCRITURA PÚBLICA
ATA NOTARIAL

UNIDADE III – TIPOS DE REGISTRO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REGISTROS DE NASCIMENTO E CASAMENTO
REGISTROS DE ÓBITO, EMANCIPAÇÃO E INTERDIÇÃO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

UNIDADE IV – TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LIVROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTESTO DE TÍTULOS
REGISTRO DE IMÓVEIS

REFERÊNCIA BÁSICA

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

MELO, M. A. S. **Revista de Direito Imobiliário**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PADOIN, F. F. **Direito Notarial e registral**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

TIBÃES, A. C. B. **Direito imobiliário: Sistema notarial e registral**. Montes Claros: E-tecBrasil, 2015.

PERIÓDICOS

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

4839	**Introdução à Ead**	**60**

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4989	Direito Internacional e Comércio Exterior	60

APRESENTAÇÃO

Globalização econômica. Direito internacional costumeiro. Sujeitos e atores do direito internacional. Sistema internacional de direitos humanos. Direito internacional público. Sujeitos do direito internacional público. Relações diplomáticas e consulares. Responsabilidade internacional dos estados. Direito internacional privado. Estatuto do estrangeiro e ordenamento jurídico. Fundamentos processuais civis internacionais. Teoria do comércio internacional. Sistemas multi e bilaterais de comércio exterior. Agências internacionais. Instituições intervenientes. Fundamentos do direito aduaneiro.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo preparar o estudante ou profissional do direito e de áreas afins a aplicar a doutrina e a jurisprudência no campo das relações internacionais e do comércio exterior.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender o direito no contexto da globalização econômica, sua importância e evolução histórica.
- Articular definições e conceitos sobre o direito internacional público, entendendo sua aplicação prática.
- Aplicar o estatuto do estrangeiro e o ordenamento jurídico em volta dele em situações de conflitos.
- Entender o papel, a história, os processos de integração econômica e os limites jurisdicionais de agências internacionais como: UNCTAD, UNCITRAL, OMA, FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e os processos de integração econômica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL
GLOBALIZAÇÃO E UM DIREITO INTERNACIONAL EM METAMORFOSE
FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL
ATORES DO DIREITO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNACIONAL

UNIDADE II – DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
NOÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
O SISTEMA DE INCORPORAÇÃO ENTRE OS ESTADOS
A RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

UNIDADE III – DIREITO CIVIL INTERNACIONAL
NACIONALIDADE
O ESTRANGEIRO E AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
A LEGISLAÇÃO E OS CONFLITOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

O DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL

UNIDADE IV – DIREITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
O COMÉRCIO INTERNACIONAL E SEU SISTEMA
ORGANIZAÇÕES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO COMÉRCIO EXTERIOR
SISTEMA ADMINISTRATIVO E SUAS INSTITUIÇÕES
O SISTEMA ADUANEIRO

REFERÊNCIA BÁSICA

ACCIOLY, H. do N.; SILVA, G. E.; CASELA. P. B. **Manual de Direito Internacional Pu?blico.** Saraiva. 2009.

AGU. AGU – Advocacia Geral da União - Explica - **Mecanismos de Cooperação Jurídica Internacional.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6uAWLFOwmG0.

ALMEIDA, E. S. de. **Aspectos gerais de Direito Processual Civil Internacional**. Disponível em: https://www.conteudojuridico.com.br/coluna/639/aspectos-gerais-de-direito-processual-civil-internacional.

ALMEIDA, F. A.; MACEDO L. F de. **Direito Internacional Público.** Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

BARROS, E. C. S. do A. **Tratados e convenções internacionais no ordenamento jurídico brasileiro** . Disponível em:<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-128/tratados-e-convencoes-internacionais-no-ordenamento-juridico-brasileiro/>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.657**, de 4 de setembro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro, regulamentação e legislação correlata**. Senado Federal. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>

CANC?ADO, A. A. Trindade. **O legado da Declarac?a?o Universal de 1948 e o futuro da protec?a?o internacional dos Direitos Humanos.** In: O Direito Internacional em um mundo em transformac?a?o. Renovar. 2002.

COMPARATO, F. K. **Afirmac?a?o Histo?rica dos Direitos Humanos.** Sa?o Paulo: Saraiva.1999.

DUDH -?Declaração Universal dos Direitos Humanos.?Disponível em:<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23857&LangID=E>.

FERNANDES, G. J. **Tratados Internacionais**: O que são, Tipos e Como Funcionam. Disponível em:<https://fia.com.br/blog/tratados-internacionais/>.

GONÇALVES, M. B. R. **Direito internacional público e privado.** 2 ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: JusPoDIVM, 2015.

Image not found or type unknown

PERIÓDICOS

GUERRA, S. **Curso de Direito Internacional Público.** Ed. Saraiva. Rio de Janeiro. 2013.

GUIMARA?ES, F. X. S. **Nacionalidade.** Editora Forense, 2002.

LAFER, C. 1997. **A reconstrução dos Direitos Humanos:** a contribuição de Hannah Arendt. Estud. av. [on-line]. v. 11, n. 30, p. 55-65. ISSN 0103-4014.

MACHADO. J. E. M. **Direito Internacional.** Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

SANTOS, S. **Breve análise sobre os mecanismos de cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil brasileiro**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/53376/breve-analise-sobre-os-mecanismos-de-cooperacao-juridica-internacional-no-novo-codigo-de-processo-civil-brasileiro.

SARLET, I. W. **Efica?cia dos direitos fundamentais.** 3. ed. Livraria do Advogado. 2003.

4973	Direito Tributário	60

APRESENTAÇÃO

Normas gerais do direito tributário, código tributário nacional, competência tributária. Receitas públicas e tributos, ilícito tributário. Contencioso administrativo tributário.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito tributário nas organizações.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender e aplicar os fundamentos do direito tributário, aspectos legais de ordem econômica e financeira.
- Definir tributos e a administração tributária.
- Conhecer e interpretar os princípios de ilícito e punibilidade na esfera tributária.
- Explicar o contencioso tributário, administrativo e judicial tributário e interpretar princípios jurídicos do direito processual tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO
LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR
LIMITAÇÕES, PODERES E ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

UNIDADE II – TRIBUTOS E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO
IMPOSTOS E TAXAS
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
OBRIGAÇÃO, CRÉDITO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

UNIDADE III – ILÍCITO E PUNIBILIDADE NA ESFERA TRIBUTÁRIA
PUNIBILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO
INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS
ILÍCITO PENAL FISCAL: CONCEITO E ESPÉCIES
SANÇÕES

UNIDADE IV – AÇÕES JUDICIAIS NA ESFERA TRIBUTÁRIA
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquematizado**, 4ª Ed. Editora: Método, Ano: 2010.

ALEXANDRE, R. **Direito tributário** - 11. ed. Rev. atual. e amp1. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2017.

AMADO, A. N. S., **Ilícito Tributário: Conceito e espécies**. Jus Navigandi. Publicado em 09/2014. Acesso em: https://jus.com.br/artigos/32356.

AMARO, L. **Direito Tributário**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ATALIBA, G. **Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário**, São Paulo: RT, 1969.

?BRASIL.**?Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consulta. Orçamento. Glossário. Exercício Financeiro**. Disponível em < https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exercicio-financeiro>

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normais Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 04 de Maio de 1694. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>

CARNELUTTI, F. **Sistema de Direito Processual Civil**, tradução de Hiltomar Martins Oliveira, São Paulo: Classicbook, 2000, v. 1.

CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. Ver. São Paulo: Saraiva. 2011.

CASSONE, V. **Direito tributário**. - 28. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, 3. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, v. 1;

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. – 27. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. B. **Processo tributário** /. – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018;

MARTINS, I. G. da S.**?Limites constitucionais às contribuições no domínio econômico**. Artigo publicado no site?www.haradaadvogados.com.br>

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20ª edição atualizada. Malheiros: São Paulo, 1990;

NOVAIS, R. **Direito tributário facilitado**. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PONTES DE MIRANDA, **Comentários ao Código de Processo Civil**, 5. ed., atualizada por Sérgio Bermudes, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 78; Comentários à Constituição de 1967, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967;

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma. **Recurso Extraordinário 137689 PE**. Relator: Min. Néri da Silveira. Data de Julgamento 20/09/1994. Vol. 01791-04 PP-00825. Diário Oficial da Justiça 16/06/1995.

Supremo Tribunal Federal **–** Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário Nº. 138284-8 CE**. Rel. Min. Carlos Velloso. Data de Julgamento 01/07/1992.

PERIÓDICOS

TRF5 – Quarta Turma. **APELAÇÃO CÍVEL: AC 468268 CE 0012473-79.2006.4.05.8100**. Relator Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho. Data de Publicação: DJe 29/01/2010, p. 630. Disponível em: <https://www4.trf5.jus.br/Jurisprudencia/JurisServlet?op=exibir&tipo=1>

VILANOVA, L. **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª ed. Ver, atual. E ampl. São Paulo. Revista dos tribunais. Publicação 2000.

4980	Escrita Fiscal e Legislação Tributária	60

APRESENTAÇÃO

Princípios tributários. Organização tributária no Brasil. Regimes de tributação optativos das empresas. CTN - Código Tributário Nacional. Impostos municipais. Impostos estaduais. Impostos federais. NF-e (nota fiscal eletrônica). CT-e (conhecimento de transporte eletrônico). Apuração e contabilização do ICMS. Escrituração de livros contábeis e fiscais. Obrigações tributárias. Política fiscal. Processo administrativo fiscal. Parcelamento de débitos tributários.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar estudantes e profissionais de diversas áreas como contabilidade, administração e direito, a aplicar técnicas e procedimentos para a escrituração contábil e fiscal de tributos nas diversas operações mercantis.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aplicar os princípios, organização e regimes tributários.
- Conhecer a classificação do regime tributário brasileiro e identificar os principais impostos.
- Compreender o regime tributário, interpretar lucro real e lucro presumido.
- Identificar os principais impostos municipais, estaduais e federais, suas particularidades e formas de cálculo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS, ORGANIZAÇÃO E REGIMES TRIBUTÁRIOS
INTRODUÇÃO À ESCRITA FISCAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS
ORGANIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO OPTATIVOS DAS EMPRESAS

UNIDADE II – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
IMPOSTOS MUNICIPAIS
IMPOSTOS ESTADUAIS
IMPOSTOS FEDERAIS

UNIDADE III – EMISSÃO E ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS
NF-E (NOTA FISCAL ELETRÔNICA)
CT-E (CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO)
APURAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO DO ICMS
ESCRITURAÇÃO DE LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS

UNIDADE IV – POLÍTICA FISCAL E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
POLÍTICA FISCAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

REFERÊNCIA BÁSICA

COÊLHO, S. C. N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 10ª Edição, Forense, 2009
MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008
image not found or type unknown

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, J. B. **Contribuição de melhoria**: tratado de Direito Tributário, vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

PERIÓDICOS

SCHOUERI, L. E. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva. 2015.

4937	**Logística Internacional**	**60**

APRESENTAÇÃO

Logística na economia globalizada. Aspectos da logística globalizada. Estágios de operações globalizadas. Economia global integrada. Cadeia de suprimento globalizada. Globalização das estratégias de operações. Estratégias de mercado globais. Projeto de Rede Logística para operações globais. Comércio Exterior. Importação e Exportação. Operações especiais de exportação. Modalidades de exportação. Documentos especiais de exportação. Operações especiais com benefícios dos incentivos fiscais. Processo e procedimentos administrativos nas importações. Habilitação para importação. Procedimentos alfandegários e cambiais.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade capacitar o profissional de logística a lidar com as variáveis inerentes ao comércio exterior e à cadeia global de suprimentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- **Estudar o campo de atuação da logística na economia globalizada.**
- **Aprender como funciona a economia global integrada e suas variáveis determinantes.**
- **Compreender como funcionam os projetos de rede logística para operações globais.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PREPARAÇÃO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO LOGÍSTICA

- Compreender o campo de atuação da logística na economia globalizada.
- Exemplificar os aspectos da logística globalizada.
- Classificar os aspectos dos estágios de operações globalizadas.
- Explicar como se preparar para a logística internacional.

UNIDADE II – SUPPLY E OPERAÇÕES LOGÍSTICAS INTERNACIONAIS

- Definir a economia global integrada e suas variáveis determinantes.
- Compreender a cadeia de suprimento globalizada e suas peculiaridades.
- Entender a globalização das estratégias de operações.
- Aplicar as principais estratégias de atuação em mercado globais.

UNIDADE III – O PROCESSO DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

- Elaborar projetos de rede logística para operações globais.
- Considerar os aspectos inerentes ao comércio exterior nas atividades de importação e exportação.

- Classificar as operações especiais de exportação e suas modalidades.
- Identificar os documentos especiais de exportação.

UNIDADE IV – ASPECTOS FISCAIS E ALFANDEGÁRIOS NO COMÉRCIO EXTERIOR

- Classificar as operações especiais com benefícios dos incentivos fiscais.
- Executar os procedimentos administrativos necessários às importações.
- Realizar o processo de habilitação para importação.
- Definir os procedimentos alfandegários e cambiais.

REFERÊNCIA BÁSICA

BERNARD, D. A. Marketing Internacional: guia dialógico. Curitiba: Editora IBPEX, 2013.

NYEGRAY, J. A. Legislação Aduaneira, comércio exterior e negócios internacionais. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SEGRE, G. (org.). Manual prático de comércio exterior. 5 ed. São Paulo: Atlas 2018.

SZABO, V. (org.). Logística internacional. São Paulo. 1 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

PERIÓDICOS

TRIPOLI, A. C. K.; PRATES, R. C. **Comércio Internacional: teoria e prática**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

4847	**Pensamento Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

4872	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**80**

APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os profissionais que se relacionam diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Civil e Processual Civil, desenvolvendo a ciência jurídica e interação com a sociedade, desenvolverá habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Civil, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação civil e processual civil.